

REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TERRAS

Jovens de Gaza defendem que novo instrumento deve desburocratizar a obtenção de DUAT e combater a expropriação de terras pelas elites

Depois do ciclo de debates virtuais (webinars) sobre o processo de revisão da Política Nacional de Terras com jovens de seis (6) províncias (Cabo Delgado, Tete, Niassa, Maputo, Manica e Sofala), o CDD iniciou esta quinta-feira, 06 de Maio, a fase de debates presenciais nas capitais provinciais. A cerimónia inaugural realizou-se ontem na Cidade de Xai-Xai, Província de Gaza, e juntou jovens e representantes de instituições estatais e governamentais.



Falando em representação da Governadora da Província de Gaza, a Directora Provincial de Cultura e Turismo denunciou o velho problema de usurpação e acumulação de terra para fins de especulação latifundiária. Trata-se de uma prática comum em Moçambique em que as elites económicas e políticas se apropriam de terras valiosas e ficam à espera do melhor momento para fazer a transacção, preferencialmente com o capital estrangeiro.

A representante da Governadora de Gaza disse que esta prática prejudica mais as mulheres que vivem nas zonas rurais por constituírem o grupo que mais usa a terra para a actividade agrícola. A Directora Provincial de Cultura e Turismo em Gaza saudou a iniciativa do CDD de auscultar a juventude sobre a revisão da Política Nacional de Terras, defendendo que, sendo a maioria da população, os jovens devem se apropriar do debate para influenciar a concepção de futuros instrumentos políticos e legais sobre o uso de terras.

O Secretário de Estado da Província de Gaza esteve representado pelo Director dos Serviços Provinciais de Infra-Estruturas, Alberto Matusse. Na sua intervenção, o dirigente começou por lembrar que a Constituição da República aborda a terra como meio universal para a criação da riqueza e do bem-estar social e que o seu uso e aproveitamento é um direito de todos os moçambicanos, sem qualquer exclusão. "Isto significa que todos nós, como moçambicanos, em face dos direitos sobre a terra, estamos num plano horizontal, ou seja, em igualdade jurídica, não existindo para o efeito um primeiro entre os iguais".

Por isso, o representante do Secretário de Estado da Província de Gaza defendeu que qualquer pretensão de revisão legislativa que incida sobre a terra, por mais pequena que possa parecer, deve ser antecedida por uma consulta a todos os actores, explorando as suas visões, medos e receios, mas sobretudo os seus contributos para a construção de um instrumento consensual.

"Levar o debate sobre a revisão da Política Nacional de Terras aos mais diversificados grupos sociais, intervenientes directos na utilização da terra e todos os parceiros de desenvolvimento económico é o modelo de participação que nos parece abrangente e que garante maior envolvimento de todos os interessados na construção de um desenvolvimento baseado na terra".

A campanha do CDD inclui também a auscultação das lideranças tradicionais sobre a visão que têm em relação ao uso da terra em Moçambique. O Líder Tradicional de Xai-Xai, Mário Mavaieie, reconhe-



ceu a importância da iniciativa do CDD de ouvir os guardiões da terra e exortou aos jovens a estarem em permanente interação com as lideranças tradicionais para poder colher experiências sobre o acesso e utilização da terra.

Já o representante do CDD em Gaza, Carlos Mhula, defendeu que a revisão da Política Nacional de Terras deve ser orientada no sentido de facilitar o acesso à terra para os moçambicanos, lembrando que foi para isso que a "Geração 25 de Setembro" lutou e "libertou a terra e os homens".

No debate que se seguiu, alguns jovens denunciaram a usurpação de terras de pequenos agricultores moçambicanos no Regadio do Baixo Limpopo a favor do ca-

pital estrangeiro. "O Governo usa sempre o argumento de que os investidores chineses pretendem desenvolver projectos mais importantes do que a simples prática de agricultura de subsistência. Vários campos agrícolas de agricultores nacionais foram vandalizados sem qualquer pré-aviso e os investidores estrangeiros ocuparam extensas áreas de cultivo", disse uma jovem residente na Cidade de Xai-Xai.

Os jovens acusam ainda os secretários de bairros de açambarcarem terras e de dificultarem o acesso da juventude a parcelas para habitação. "Quando um jovem consegue adquirir uma parcela de terra para fins habitacionais, ele vai frustra-se com o excesso de burocracia para obtenção do Direito de Uso de Aproveitamen-

to de Terra (DUAT). As barreiras que o Governo e as autoridades municipais impõem na legalização da terra prejudicam a maioria dos moçambicanos que não tem dinheiro para corromper os funcionários públicos e municipais responsáveis pela tramitação de DUAT".

Nas zonas onde há projectos de grandes infra-estruturas ou de exploração de recursos naturais, os jovens falam de desalojamentos compulsivos, reassentamentos em condições precárias e sem indemnizações justas.

Depois de Xai-Xai, hoje, sexta-feira, 07 de Maio, é a vez dos jovens da Província de Inhambane partilharem as suas ideias sobre como é que gostariam de usar a terra para o desenvolvimento.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: @CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

